

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt nos EDcl no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1410316 - SP
(2018/0320851-5)**

RELATOR : MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
AGRAVANTE : MASSA FALIDA DO BANCO SANTOS
ADVOGADOS : PAULO GUILHERME DE MENDONÇA LOPES -
SP098709
RICARDO TOSTO DE OLIVEIRA CARVALHO -
SP103650
AGRAVADO : DIPLOMATA S/A INDUSTRIAL E COMERCIAL
ADVOGADOS : JOSÉ ROGÉRIO CRUZ E TUCCI - SP053416
JOSÉ ALBERTO DIETRICH FILHO - PR008585
CRISTIANE DE CARVALHO SALCEDO - SP171821
PAULO ROGERIO FERREIRA SANTOS - SP196344
INTERES. : PDR CORRETORA DE MERCADORIAS S/S LTDA -
ME
ADVOGADOS : MARCEL GARCIA SILVÉRIO DE OLIVEIRA -
SP201437
FERNANDA SARAIVA RABELO RUNCO -
SP296064

EMENTA

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANOS MATERIAIS. FALÊNCIA. BANCO SANTOS. CÉDULA DE PRODUTO RURAL. EMISSÃO FRAUDULENTA. PARTICIPAÇÃO DA COOPERATIVA AGRÍCOLA. CULPA MÍNIMA. VALOR DA INDENIZAÇÃO. REDUÇÃO EQUITATIVA. APLICAÇÃO DO DIREITO À ESPÉCIE. POSSIBILIDADE.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).
2. A atuação de produtor rural ou de cooperativa agrícola, ao emitir CPR de forma fraudulenta em detrimento do Banco Santos, induz sua responsabilização civil, pois contribuiu para o imenso rombo contábil que resultou na lesão de vários investidores em decorrência do ilícito.
3. Na hipótese, não tendo sido a conduta isolada do produtor apta a ocasionar bancarrota da instituição financeira, a culpa pode ser graduada, proporcional ao ato lesivo individualmente cometido, configurando-se como leve ou levíssima, a receber o abrandamento da condenação. Incidência do art. 944, parágrafo único, do Código Civil.
4. A indenização é medida pela extensão do dano, mas havendo excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o prejuízo causado, pode haver a redução equitativa do montante indenizatório.
5. É possível a aplicação do direito à espécie, sendo autorizado ao julgador adotar fundamento diverso do invocado pelo recorrente, a teor dos arts. 1.034 do CPC/2015 e 255, § 5º, do RISTJ, bem como da Súmula nº 456/STF. Precedentes.
6. Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Superior Tribunal de Justiça

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrichi, Paulo de Tarso Sanseverino, Marco Aurélio Bellizze e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 30 de setembro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva
Relator

